

MINISTERIO DA FAZENDA
PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

PROCESSO NR. :10183-002.136/91-08
RECURSO NR. :85.638
MATERIA :FINSOCIAL-FATURAMENTO - EX: DE 1990
RECORRENTE :ASSOCIAÇÃO DE CURSOS DE CUIABA LTDA.
RECORRIDA :DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM CUIABA (MT)
SESSÃO :18 de outubro de 1994
ACORDAO NR. :108-01.484

TRIBUTAÇÃO - REFLEXA - FINSOCIAL-FATURAMENTO -
Ilegítima a adoção de alíquota superior a 0,5% no
exercício de 1990, (Precedentes STF-RE-150.764-1-
PE).

TAXA REFERENCIAL DIARIA - TRD - Inaplicável a vi-
gência retroativa da incidência de juros calcula-
dos pela TRD, no período de fevereiro a julho de
1991, no que respeita ao disposto no art. 30, da
Lei nr. 8.218/91.

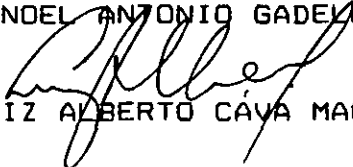
Recurso parcialmente provido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de
recurso interposto por ASSOCIAÇÃO DE CURSOS DE CUIABA LTDA.:

ACORDAM os Membros da Oitava Câmara do Primeiro Conse-
lho de Contribuintes, por maioria de votos, DAR provimento parcial ao
recurso, para excluir da exigência o excedente à aplicação da alíquota
de 0,5% (meio por cento), bem como afastar a incidência da TRD exce-
dente a 1% (um por cento) ao mês, no período de fevereiro a julho de
1991, nos termos do relatório e voto que passam a integrar o presente
julgado. Vencido o Conselheiro Otacílio Dantas Cartaxo que mantinha a
alíquota aplicada.

Sala das Sessões-DF, em 18 de outubro 1994


MANOEL ANTONIO GADELHA DIAS - PRESIDENTE


LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA - RELATOR

FORMALIZADO EM: 17 MAI 1996

Processo nr.: 10183-002.136/91-08
Acórdão nr.: 108-01.484

Participaram, ainda, do presente julgamento, os seguintes Conselheiros: SANDRA MARIA DIAS NUNES, PAULO IRVIN DE CARVALHO VIANNA, RENATA GONÇALVES PANTOJA e MARIO JUNQUEIRA FRANCO JUNIOR.

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'Gad' or similar, located below the text of the decision.

ACÓRDÃO Nº 108-01.484

RECURSO Nº: 85.638

RECORRENTE: ASSOCIAÇÃO DE CURSOS DE CUIABÁ LTDA.

R E L A T Ó R I O

ASSOCIAÇÃO DE CURSOS DE CUIABÁ LTDA., com sede na Rua Bento Henrique de Souza nº 30, no município de Cuiabá, MS, inscrita no CGC sob nº 15.084.437/0001-28, inconformada com a decisão monocrática que indeferiu parcialmente sua impugnação, recorre a este Colegiado.

Trata-se de exigência reflexa a título de FINSOCIAL/Faturamento, nos termos do Decreto-lei nº 1.940/82, relativa ao exercício de 1990.

Tempestivamente impugnando o sujeito passivo limita-se a contestar a incidência da TRD sobre o crédito tributário.

A autoridade singular julgou parcialmente procedente o lançamento, no mérito, mantendo a exigência face ao princípio da decorrência. Quanto à cobrança da TRD, exonerou-a a título de atualização monetária, no entanto, manteve a cobrança como juros de mora.

No apelo, ratifica as razões expendidas na fase impugnatória, aduzindo que a cobrança do FINSOCIAL com as sucessivas majorações de alíquota, que elevaram a incidência da exação, de 0,5% para 1% e de 1% para 1,2%, consoante decisão do STF é inconstitucional, requerendo seja reconhecida como correta a alíquota de 0,5%.

É o relatório.



ACÓRDÃO Nº 108-01.484

V O T O

Conselheiro **LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA**,
Relator:

Recurso tempestivo, dele conheço.

Considerando o princípio da decorrência em sede tributária, uma vez mantida a exigência no processo matriz, idêntica decisão estende-se ao que dele decorre, todavia, em se tratando do FINSOCIAL, face ao decidido pelo Colendo Supremo Tribunal Federal no julgamento do RE-150.764-1, PE, considerando inconstitucionais as majorações de alíquotas acima de 0,5%, deve ser ajustada a exigência ao referido percentual.

A pretensão fazendária de adotar a variação da TRD como fator de atualização monetária no ano de 1991 é parcialmente obstaculizada pela temporalidade da norma de regência conforme enunciado a seguir.

A Medida Provisória nº 294 extinguiu o BTNF, indexador de débitos fiscais, determinando que a **atualização monetária** passasse a ser efetuada pela aplicação da TRD (Art. 7º), no entanto, os juros incidentes sobre tais débitos permaneceram no patamar de 1% ao mês, conforme legislação pertinente (art. 2º, único, do Dec. Lei nº 1.735/79, art. 1º, inc. I, do Dec. Lei nº 2.471/88, e art. 74 da Lei nº 7.799/87).

Os pronunciamentos judiciais sobre a aplicação da TRD como índice de atualização monetária sempre foram desfavoráveis à sua aplicabilidade, tendo o Judiciário repellido consistentemente a correção pela TRD para correção de valores de natureza tributária e não tributária, acentuando corresponder a um índice médio de juros praticados no mercado tendo em vista a política de juros altos adotada como técnica de combate à inflação, gerando um distanciamento real entre esse índice e o fator de desvalorização efetivo da moeda.

Após manifestação do Pleno do Supremo Tribunal Federal julgando a imprestabilidade da TRD como

Gal *Ph.*

ACÓRDÃO Nº 108-01.484

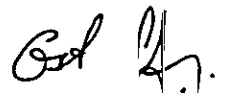
índice de atualização monetária, veio o Executivo introduzir a Medida Provisória nº 297, excluindo do rol constante do art. 9º da Lei nº 8.177 os impostos, as contribuições e obrigações não vencidas, todavia, instituindo a incidência de juros calculados pela TRD sobre os débitos vencidos de qualquer natureza para com a Fazenda Nacional, entre outros.

A introdução da Lei nº 8.218/91 visou reconhecer a impossibilidade da cobrança de juros sobre prestações e obrigações não vencidas, como também a imprestabilidade da TRD como índice de atualização monetária, seja de obrigações, seja de débitos vencidos, e criar outro meio de resguardar o valor do fluxo de receitas do Tesouro (majorar, daí em diante, os juros legais, de 1%, para o patamar das TRDas, sobre os débitos vencidos). Essa lei teve vigência, no particular, na data de início da MP nº 298, ou seja 01.08.91.

Certamente que a alteração da redação do art. 9º da Lei nº 8.177, pelo art. 30 da Lei nº 8.218, não pretendeu dar vigência retroativa à incidência de juros calculados pela TRD, nem poderia fazê-lo, pois o sentido da norma é o reconhecimento da imprestabilidade da TRD como índice de correção, conforme consistente jurisprudência judicial consagrada pelo próprio Pleno do Supremo Tribunal Federal. Resulta, assim, a impossibilidade de alterar o conteúdo da norma preexistente, durante o período em que vigiu, cabendo apenas alterá-lo daí para a frente, evitando-se a permanência do dano incorrido pela eleição de índice impróprio para atualização do valor da moeda.

Em relação ao período que medeou de fevereiro a agosto de 1991, torna-se imperioso admitir a ausência de indexação de valores fiscais, reconhecida na própria Exposição de Motivos 205 (o Poder Judiciário recusava a aplicabilidade da TRD para esse fim e nenhum outro índice estava previsto em lei).

Face aos princípios de direito, impossível reconhecer a transmutação da natureza das incidências pretéritas: não se pode transformar retroativamente em juros o que era correção monetária; não se pode converter retroativamente em remuneração o que foi instituído como atualização de valor. Por consequência, a incidência de juros sobre os débitos para com a Fazenda



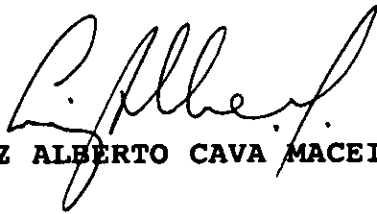
ACÓRDÃO Nº 108-01.484

Nacional somente pode ter como índice a TRD acumulada desde 01.08.91, nunca a acumulada pelo período pretérito. Assim, resta flagrante o equívoco de interpretação fiscal aplicando a TRD acumulada desde fevereiro, a título de indexador monetário, quando somente a partir do início da vigência da MP 298/91 esse índice teve aplicabilidade.

Em conclusão, cabe a aplicação dos juros de 1% até o advento da MP 298/91, e a TRD acumulada entre essa data e a da criação da UFIR, cuja legislação restabeleceu a correção monetária dos débitos fiscais, e reduziu os juros legais ao percentual de 1% ao mês.

Diante do exposto, e na esteira da jurisprudência deste Colegiado, dou provimento parcial ao recurso, para excluir da exigência a parcela excedente da aplicação da alíquota de 0,5% do FINSOCIAL, bem como a parcela correspondente à aplicação da TRDa relativa ao período que medeou de 01.02.91 a 01.08.91.

Brasília-DF, 18 de outubro de 1994.


LUIZ ALBERTO CAVA MACEIRA - Relator

